

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Filosofia • Geografia • História

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Avenida Água Verde, 2140
Telefone: (0XX) 41 3340-1500
80240-900 CURITIBA - PARANÁ
www.diaadiaeducacao.pr.gov.br



Pré-vestibular

Prezado(a) aluno(a)

O material que você está recebendo é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Programa Eureka, veiculado pela TV Paraná Educativa desde 2003.

Trata-se de um material com características específicas, uma vez que não se destina ao ensino regular, mas diretamente a você, estudante de terceiro ano, interessado no concurso vestibular para o ingresso no ensino superior.

A Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Educação Básica e da TV Paulo Freire, em atendimento a essa demanda específica, assumiu a parte administrativa, cuidando da editoração, impressão, distribuição do material, gravação de aulas e da contratação de professores, com experiências significativas em cursos pré-vestibulares, que se responsabilizaram pela produção pedagógica do material.

A produção de 100 aulas, que serão transmitidas pela TV Paulo Freire e pela TV Educativa, complementam esta ação e articulam o material impresso à linguagem televisiva, possibilitando a você aprofundamento nos conteúdos disciplinares.

Nossa expectativa é que, tendo acesso a todos estes materiais, você e seus colegas se organizem junto à direção escolar e a seus professores para realização dos estudos.



GOVERNO DO PARANÁ

Roberto Requião

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mauricio Requião de Mello e Silva

DIRETORIA GERAL

Ricardo Fernandes Bezerra

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Mary Lane Hutner

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Marlus Humberto Geronasso

Regina Elisabeth Luque

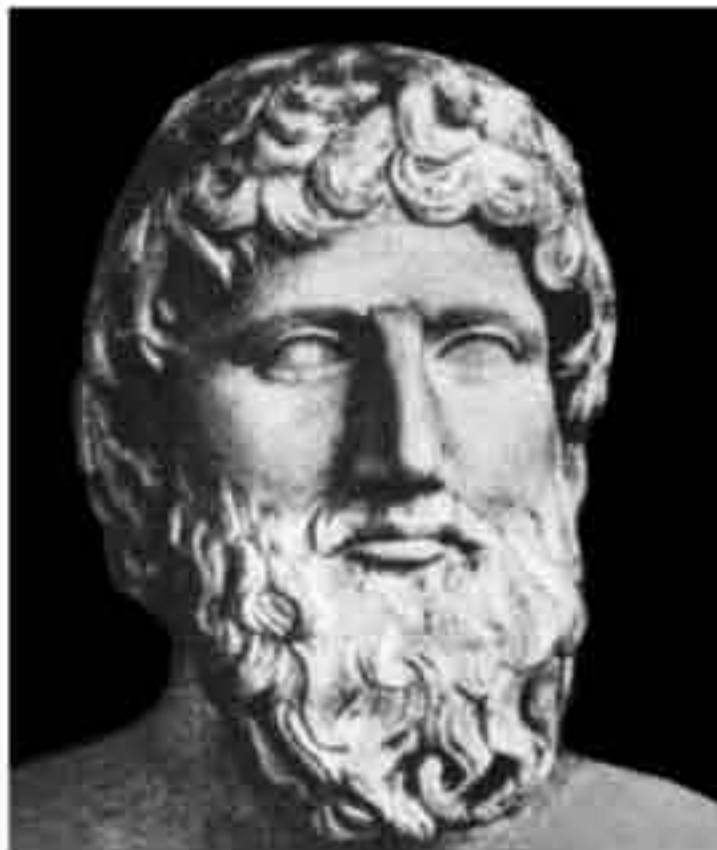




Filosofia
Luciano C. Stodulny

AULA Nº 01

PLATÃO



<http://www.hypatia-lovers.com/images/Plato.gif>

Platão (428/427 – 343/347 a.C.)

Contexto histórico

Imortalizado como Platão (o de ombros largos), seu nome verdadeiro era Aristócles. Descendente de família aristocrática ateniense viveu num período que a cidade de Atenas perdia sua ascensão sobre a Grécia, especialmente por ter perdido a guerra Peloponeso que terminara em 404 com a vitória de Esparta e seus aliados. Diante da perda do poderio político sobre as demais cidades da Grécia, Atenas assiste a decadência da sua democracia, que para Platão fica explícito com a condenação de Sócrates, seu mestre, em 399 a.C.

Diante dos problemas políticos, éticos e econômicos da Atenas de sua época, Platão inspirado no modelo máximo de Homem, Sócrates, vê na filosofia a possibilidade da superação dos problemas que afligiam, segundo o próprio Platão, toda a Grécia.

É neste contexto, que podemos definir todo o esforço da filosofia de Platão como uma tentativa de interpretação da realidade cujo objetivo seria trazer novamente ao discurso ético e político a fixidez que Platão vê ameaçada pela democracia, pelo individualismo e relativismo que ela mesma propugnava, num tempo de completa decadência daquilo que fora o exemplo a escola para o mundo.

Após a morte de Sócrates (399 a. C .) e de ter empreendido diversas viagens onde conheceu formas diferentes de governo em diferentes culturas, Platão dirá que a política só realiza a sua verdadeira finalidade se tiver presente as insuficiências e limitações do mundo terreno e a permanente aspiração da alma pela plenitude própria do mundo das idéias. À política cabe uma tarefa superior, na medida em que o Estado, o verdadeiro Estado, deve, fundar-se sobre os valores supremos do Bem e da Justiça e, ao mesmo tempo, tornar-se instrumento facilitador da plena realização do indivíduo.

Platão dedicou-se a abertura de uma escola que por localizar-se nas proximidades do templo de Academos, denominou-a Academia, que foi palco da maioria de seus escritos. Ao observarmos os mais de trinta livros escritos ou atribuídos a Platão, perceberemos que a sua grande maioria é apresentado em forma de diálogo, daí se entende a grande influência que Sócrates teve sobre o seu discípulo, levando-o a concluir que a filosofia é diálogo.

Portanto, se a filosofia é diálogo para Platão, podemos dizer que o “corpus Academicum” ou “corpus Platonium” se encontra, especialmente , num diálogo, *A República*. Platão sintetizou o próprio pensamento nas suas múltiplas dimensões no célebre “mito da caverna”, do qual reproduzir-se-a, a seguir, uma parte significativa para o nosso estudo.

Alegoria da Caverna (República, Livro VII)

Depois disto – prossegui eu – imagina a nossa natureza, relativamente à educação ou à sua falta, de acordo com a seguinte experiência. Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar em frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa eminência, por detrás deles; entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no gênero dos tapumes que [os apresentadores de marionetes] colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles.

– Estou a ver – disse ele.

– Visiona também ao longo deste muro, homens que transportam toda a espécie de objetos, que o ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados.

– Estranho quadro e estranhos prisioneiros são esses de que tu falas – observou ele.

– Semelhantes a nós – continuei -. Em primeiro lugar, pensas que, nestas condições, eles tenham visto, de si mesmo e dos outros, algo mais que as sombras projetadas pelo fogo na parede oposta da caverna?

– Como não – respondeu ele – se são forçados a manter a cabeça imóvel toda a vida?

– E os objetos transportados? Não se passa o mesmo com eles?

– Sem dúvida.

– Então, se eles fossem capazes de conversar uns com os outros, não te parece que eles julgariam estar a nomear objetos reais, quando designavam o que viam?

– É forçoso.

– E se a prisão tivesse também um eco na parede do fundo? Quando algum dos transeuntes falasse, não te parece que eles não julgariam outra coisa, senão que era a voz da sombra que passava?

– Por Zeus, que sim!

– De qualquer modo – afirmei – pessoas nessas condições não pensavam que a realidade fosse senão a sombra dos objetos.

– É absolutamente forçoso – disse ele.

– Considera pois – continuei – o que aconteceria se eles fossem soltos das cadeias e curados da sua ignorância, a ver se, regressados à sua natureza, as coisas se passavam deste modo. Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso, sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objetos cujas sombras via outrora. Que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então ele só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objetos mais reais? E se ainda, mostrando-lhe cada um desses objetos que passavam, o forçassem com perguntas a dizer o que era? Não te parece que ele se veria em dificuldades e suporia que os objetos vistos outrora eram mais reais do que os que agora lhe mostravam?

– Muito mais – afirmou.

– Portanto, se alguém o forçasse a olhar para a própria luz, doer-lhe-iam os olhos e voltar-se-ia, para buscar refúgio junto dos objetos para os quais

podia olhar, e julgaria ainda que estes eram na verdade mais nítidos do que os que lhe mostravam?

– Seria assim – disse ele.

– E se o arrancassem dali à força e o fizessem subir o caminho rude e íngreme, e não o deixassem fugir antes de o arrastarem até à luz do Sol, não seria natural que ele se doesse e agastasse, por ser assim arrastado, e, depois de chegar à luz, com os olhos deslumbrados, nem sequer pudesse ver nada daquilo que agora dizemos serem os verdadeiros objetos?

– Não poderia, de fato, pelo menos de repente.

– Precisava de se habituar, julgo eu, se quisesse ver o mundo superior. Em primeiro lugar, olharia mais facilmente para as sombras, depois disso, para as imagens dos homens e dos outros objetos, refletidas na água, e, por último, para os próprios objetos. A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu, e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da Lua, mais facilmente do que se fosse o Sol e o seu brilho de dia.

– Pois não!

– Finalmente, julgo eu, seria capaz de olhar para o Sol e de o contemplar, não já a sua imagem na água ou em qualquer sítio, mas a ele mesmo, no seu lugar.

– Necessariamente.

– Depois já compreenderia, acerca do Sol, que é ele que causa as estações e os anos e que tudo dirige no mundo visível, e que é o responsável por tudo aquilo de que eles viam um arremedo.

– É evidente que depois chegaria a essas conclusões.

– E então? Quando ele se lembrasse da sua primitiva habitação, e do saber que lá possuía, dos seus companheiros de prisão desse tempo, não crês que ele se regozijaria com a mudança e deploraria os outros?

– Com certeza.

– E as honras e elogios, se alguns tinham então entre si, ou prémios para o que distinguisse com mais agudeza os objetos que passavam e se lembrasse melhor quais os que costumavam passar em primeiro lugar e quais em último, ou os que seguiam juntos, e àquele que dentre eles fosse mais hábil em predizer o que ia acontecer – parece-te que ele teria saudades ou inveja das honrarias e poder que havia entre eles, ou que experimentaria os mesmos sentimentos que em Homero, e seria seu intenso desejo “servir junto de um homem pobre, como servo da gleba”, e antes sofrer tudo do que regressar àquelas ilusões e viver daquele modo?

– Suponho que seria assim – respondeu – que ele sofreria tudo, de preferência a viver daquela maneira.

– Imagina ainda o seguinte – prossegui eu – Se um homem nessas condições descesse de novo para o seu antigo posto, não teria os olhos cheios de trevas, ao regressar subitamente da luz do Sol?

– Com certeza.

– E se lhe fosse necessário julgar daquelas sombras em competição com os que tinham estado sempre prisioneiros, no período em que ainda estava ofuscado, antes de adaptar a vista – e o tempo de se habituar não seria pouco – acaso não causaria o riso, e não diriam dele que, por ter subido ao mundo superior, estragara a vista, e que não valia a pena tentar a ascensão? E a quem tentasse soltá-los e conduzi-los até em cima, se pudessem agarrá-lo e matá-lo, não o matariam?

– Matariam, sem dúvida – confirmou ele.

– Meu caro Gláucon, este quadro – prossegui eu – deve agora aplicar-se a tudo quanto dissemos anteriormente, comparando o mundo visível através dos olhos à caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do Sol. Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. O Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a idéia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública.

<http://lacavernade.losos.a.iespana.es>

Interpretação da Alegoria

A Alegoria da Caverna pode ser interpretada ao menos em quatro níveis segundo Reale:

- 1) em *nível ontológico*, segundo o qual aquilo que está dentro da caverna seria o mundo material e aquilo que está fora o mundo supra-sensível;
- 2) em *nível gnosiológico*, segundo o qual o interior da caverna representaria, o conhecimento sensível (opinião) e o exterior da caverna o conhecimento das Idéias;
- 3) em *nível místico-teológico*, segundo o qual o interior e o exterior representariam respectivamente a esfera mundana material e a espiritual;
- 4) em *nível político*, porque implica um retorno à caverna de quem tinha conquistado sua liberdade, por solidariedade com os compa-

nheiros ainda prisioneiros, e com a finalidade de difundir a verdade. (REALE, 2003, p. 163)

No livro *Convite à Filosofia*, Marilena Chauí ajuda-nos na compreensão do mito quando responde algumas perguntas que podem surgir após a leitura do texto de Platão.

O que é a caverna? O mundo de aparências em que vivemos. Que são as sombras projetadas no fundo? As coisas que percebemos. Que são os grilhões e as correntes? Nossos preconceitos e opiniões, nossa crença de que o que estamos percebendo é a realidade. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz do sol? A luz da verdade. O que é o mundo iluminado pelo sol da verdade? A realidade. Qual é o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A filosofia. (CHAUÍ, 2003, 12)

TEORIA DA IDÉIAS

O sistema filosófico de Platão fundamentou-se sobre a *Teoria da Idéias*. Tal teoria diz que o mundo terreno com todos os seus componentes, inclusive o homem, é constituído de cópias imperfeitas de um mundo perfeito e é chamado de Hiperurânio (**mundo celeste**). O Hiperurânio é eterno e perfeito; nele habitam idéias ou modelos perfeitos, plenitude de todas as coisas. Lá, também, está a idéia suprema do Bem.

Por outro lado, diferentemente do Hiperurânio, o **mundo terreno**, com todos os seus componentes, surgiu da atividade do Demiurgo. O Demiurgo não é um Deus criador como o Deus cristão. Ele é um artesão que, contemplando o mundo das idéias, moldou todas as coisas terrenas. Para moldar as coisas terrenas, o Demiurgo inspirou-se; nas idéias (essências) que habitam o mundo celeste, assim, todas as coisas terrenas são cópias das essências celestes. Por isso, o mundo terreno é imperfeito, constituído de aparências e de sombras.

A alma humana é imortal, como já havia afirmado Sócrates, e liga-se ao corpo para expiar algum tipo de culpa. Prisioneira do corpo, ela sofre sua influência negativa, enquanto este impede o contato direto com a essência das coisas. Tudo o que conhecemos no mundo terreno, conhecemos por *anamnese* (reminiscência, recordação) das coisas que a alma contemplou enquanto esteve no mundo celeste.

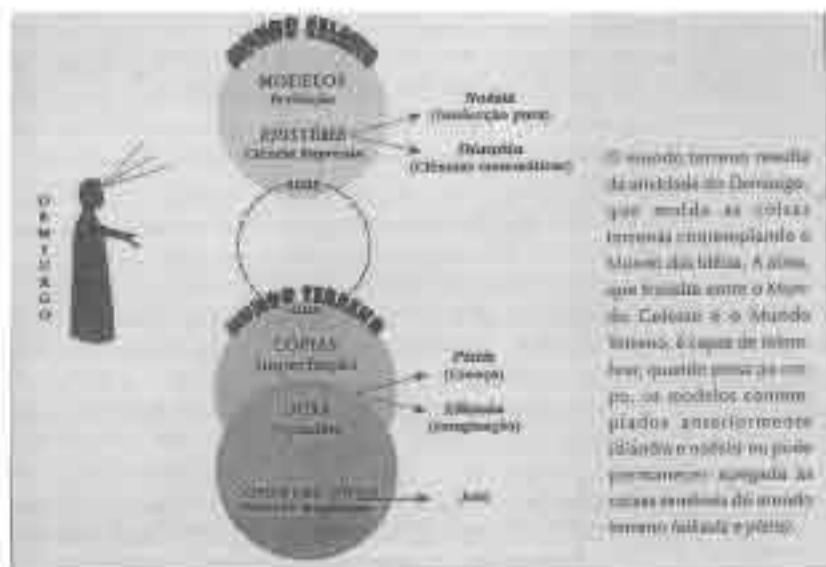
O conhecimento adquirido no mundo terreno ocorre em dois níveis: a *dóxa* (opinião) e a *epistême* (ciência). A *dóxa* e a *epistême*, por sua vez, dão-se em dois graus diferentes. A *dóxa* pode ser a simples imaginação (*eikasia*) ou a crença (*pístis*). A imaginação refere-se às imagens das coisas sensíveis (sombras das sombras) e a crença

refere-se às próprias coisas, ou seja, influenciada pelos sentidos, a nossa alma e levada a crer que as coisas do mundo terreno possuem realidade plena. A *epistémé* dá-se como ciência (*dianóia*) ou como inteligência pura (*noésis*). A *dianóia* desenvolve-se no âmbito das ciências geométrico-matemáticas, enquanto a *noésis* é a filosofia propriamente dita, ou seja, consiste na captação pura da idéias, é a visão intelectual do mundo das idéias, regida pela idéia do Bem.

A grande maioria dos homens permanece no plano da *dóxa*; alguns poucos, os matemáticos, atingem a *dianóia*; somente os filósofos chegam à *noésis*. Para chegar à *noésis*, Platão indicava a dialética como o caminho a ser seguido. A dialética consiste num lento processo de, ascensão da alma que, aos poucos, vai-se libertando das influências das imagens do mundo terreno fornecidas pelos sentidos, até atingir o mundo das idéias.

Os sentidos fornecem imagens diferenciadas, porque a sensibilidade não é igual em toda as pessoas; aquilo que é verdade para um não o é para outro. A grande massa dos homens apega-se a essas informações superficiais, julgando-as como verdadeiras (*eikasia* e *pistis*). Alguns poucos percebem as limitações da sensibilidade e procuram „encontrar conceitos que se afirmem por sobre todas as opiniões particulares. São os cientistas, especialmente os matemáticos, que descobrem a validade universal de seus conceitos (*dianóia*). Contudo, o conhecimento científico pode ser superado por aquele que, num esforço intelectual supremo, for capaz de vislumbrar uma única idéia, que abranja todas as demais idéias (*noésis*). Esta idéia é a do Bem Supremo.

O esquema a seguir, retirado de Hryniewicz (2001) pode nos ajudar a compreender melhor o que dissemos a cima,



“Por mais criticáveis que sejam as teses platônicas, elas ainda são relevantes para uma reflexão filosófica”, afirma o professor Roberto Bolzani Filho. Afirma também que,

O platonismo teve grande influência na posteridade. Sua concepção de conhecimento como um saber imutável universal e uno, com a conseqüente afirmação de uma política e de uma ética rigorosas, influenciará fortemente seu discípulo Aristóteles (...). Em certo sentido, pode-se dizer que a filosofia de Platão é responsável pela formulação dos principais temas que a filosofia ocidental abordou e ainda aborda em nossa época.

(BOLZANI FILHO, in: seis filósofos na sala de aula, 2006, p. 50)

EXERCÍCIOS

01. (UFPR) – No livro VII de *A República* Platão descreve o que ficou conhecido como a “alegoria da caverna”. Nela, é narrada a libertação de um prisioneiro e sua saída do interior da caverna, isto é, do mundo das sombras, para a superfície, onde brilha a luz do sol.

Com base nas informações acima e em conhecimentos do livro VII de *A República*, explique as seguintes imagens usadas por Platão:

a) o interior da caverna b) o mundo da superfície

02. (UFPR) – Leia o seguinte trecho extraído do livro VII de *A República*, de Platão.

“Eis o que devemos agora pensar sobre o assunto seguinte: a educação não é aquilo que alguns, que fazem disso profissão, afirmam que é. Se não me engano, pretendem que têm o poder de, quando o saber não está na alma, introduzi-lo nela como se se introduzisse a vista em olhos cegos [...] Mas o que nosso discurso atual significa é que este poder está presente na alma de cada um, assim como o órgão por meio do qual cada um pode aprender.” (Platão, *A República*. Livro VII, 518b-c. Lisboa : Didáctica Editora, 2000.)

Com base no trecho acima, explique o que Platão entende por educação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- PLATÃO; *República*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. Vol. I. São Paulo: Paulus, 2003.
- FILOSOFIA / vários autores – Curitiba: SEED-PR, 2006. (Livro Didático Público de Filosofia)
- SEIS FILÓSOFOS NA SALA DE AULA. Vários autores. São Paulo: Berliendis & Vertecchia, 2006.
- HRYNIEWICZ, S. Para filosofar hoje.; Introdução e História da Filosofia. 5ª edição. Rio de Janeiro: edição do autor, 2001.

AULA Nº 02

“O EXISTENCIALISMO É UM HUMANISMO”

O Existencialismo é uma corrente filosófica que teve como precursores os filósofos Sören Kierkegaard (1813 – 1855) e Friedrich Nietzsche (1844 - 1900), Edmund Husserl (1859 – 1938) e que posteriormente tomou rumo com Martin Heidegger (1889 – 1976) e principalmente com Jean-Paul Sartre, (1905 – 1980) isso já no século XX.

Crítica dos Católicos e Marxistas

Uma das dificuldades para se compreender o existencialismo, vem da permanência de duas escolas existencialistas: a cristã e a ateuista. O que há em comum entre **elas** é o fato de considerarem que a existência precede a essência.

Sartre, na conferência “O existencialismo e um humanismo”, responde às críticas dos Marxistas que o acusam de “incitar as pessoas a permanecer no imobilismo do desespero, todos os caminhos estando vedados, seria necessário concluir que a ação é totalmente impossível neste mundo” (SARTRE p. 4). Responde também às críticas dos católicos de que o existencialismo “nega a realidade e a seriedade dos empreendimentos humanos, já que, suprimindo os mandamentos de Deus e os valores inscritos na eternidade, resta apenas a pura gratuidade; cada qual pode fazer o que quiser”. (idem p. 04).

Existencialismo e ateísmo

Sartre quer demonstrar que o homem almeja ser perfeito, para isso cria um ser que possui a veracidade estética em todos os sentidos e o transforma em meta, o que frequentemente é chamado de deus. Assim a inexistência de uma essência humana fundamenta-se na inexistência de Deus. “Se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito: esse ser é o homem” (Sartre, p. 5).

Assim, o conceito do homem, no espírito de Deus, é assimilável ao conceito de um corta-papel no espírito do industrial; e Deus produz o homem segundo técnicas e uma concepção, exatamente como o artífice fabrica um corta-papel segundo uma definição e uma técnica. Assim, o homem individual realiza certo conceito que está na inteligência divina.

Para Sartre quando concebemos um Deus, um criador, é como se já fôssemos pensados antes mesmo de nossa existência. Tal como a criação de um objeto: quando alguém projetou uma caneta, avaliou possibilidades e formulou idéias, para posteriormente colocar o plano em execução. Diz-se então que este ser/objeto, no caso uma caneta, já tinha uma essência antes mesmo de existir, já foi pensado, o que não ocorreria com o Ser/Homen. www.ccfiasi.ro/images/events/ev31.jpg

Condenado a ser livre

A existência humana se constitui a partir de escolha subjetiva, ou seja, individual, mas nunca definitiva e isolada do resto da humanidade. “Escolher ser isto ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor do que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal” (Sartre, p. 6) Todas as ações que o homem executa, são de sua inteira responsabilidade. Podendo então estar frente a um leque de escolhas e optar por aquela que lhe convir, ou mesmo não optar por nenhuma e ainda estar escolhendo, ou seja, escolheu não escolher. Mas está ciente de que arcará com todas as conseqüências. A liberdade muito mais que um prêmio pode traduzir-se em castigo, pois, ao fazer as escolhas torna-se o único responsável por fazê-las. Diante do peso desta responsabilidade surge a angústia como conseqüência das escolhas feitas.



Sartre: Política e Engajamento
www.ccfiasi.ro/images/events/ev31.jpg

Sartre fala em “condição humana”. O homem é um ser lançado ao mundo, o qual não traz consigo definições e objetivos a priori, ele leva a vida inteira se construindo num processo interminável conforme suas ações. “As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã ou senhor feudal ou proletário. O que não muda é o fato de que, para ele é sempre necessário estar no mundo, trabalhar, conviver com os outros mortais. (SARTRE, p. 16). Existência precede a essência”. Para o existencialista, o fato de deus existir ou não, não possui validade, uma vez que essa condição em que o homem se encontra, lançado ao mundo, faz com que ele seja responsável por todas as suas escolhas. O homem é um ser condenado a ser livre. Sua liberdade lhe permite atingir quaisquer objetivos através de escolhas e ações. Contudo não será como ele quiser, porque o querer vem a posteriori às suas escolhas, na qual o homem se edifica.

Cada escolha é pessoal e não passível de deslocamento para outrem, as escolhas feitas seguida do ideal de um projeto são fardos os quais não há escapatória, pois são escolhidas individualmente em um processo íntimo. Não há como escapar das responsabilidades nem das conseqüências de seus atos, isso implica a própria vida, é estar vivo, vivenciar experiências e situações incessantemente.

O homem se escolhe e processualmente escolhe toda a humanidade, cria uma imagem para si mesmo; e a partir daí projetará seu futuro da maneira como pretende que ele seja. A projeção de atos e escolhas implica um caminho, no qual a moral vai se constituindo, ou seja, cada homem ao construir um caminho, está em conjunto construindo uma moral, sendo assim, não existe uma moral a priori, um mandamento universal.

Cada ação executada, como extensão da idéia projetada no mundo, significa a boa intenção do homem para com a humanidade, sempre lhe deseja o bem. Não haveria possibilidade de optar por uma coisa ruim para si mesmo, quanto mais para as pessoas do lugar onde vive. O que o homem faz é avaliar o que é viável para si mesmo, se encarregando de possibilitar que o que escolhe se transforme no que ele quer que a humanidade inteira realize.

Apesar das limitações, óbvias, impostas, como por exemplo: não posso mover um telefone com a força do pensamento; tal situação não implica-me a ficar inativo, pois posso certamente agir sobre a circunstância esticando o braço e pegando o telefone com a minha mão. Sendo assim posso partir de quaisquer espécies de limitações para outras alternativas. Para Sartre são as limitações que fazem com que a liberdade seja

possível, ou então a liberdade não seria concreta e sim apenas algo almejado e jamais alcançado.

Fugir da liberdade é uma situação que não pode ser realizada, tal como diz Sartre: “O homem está condenado a ser livre.” A liberdade é um fardo que o homem vai carregar por toda a vida e ser responsável por ela e pelo que fez dela. Os sentimentos provocados por escolhas e suas afetáveis conseqüências são de inteira responsabilidade humana. Se estiver triste, feliz, cansado, não há a quem atribuir culpa a não ser a si mesmo.

A superação do humanismo individualista

O homem não está em certa circunstância, porque casualmente nela foi objetado, mas sim porque desejou permanecer em certo contexto. Nada que transcorre em nosso meio é simples fatalidade, pois somos os responsáveis de sanarmos certas ocorrências não agradáveis, e prosseguirmos em nossos caminhos com qualquer escolha que fizermos. O homem é o responsável por tudo aquilo que sente, que faz, sendo o autor do estabelecimento de situações, a permanência delas e o poder de alterar aquilo que deseja.

Sartre define as posições do homem no mundo como Em-si, Para-si e Para - outrem. O ser em-si é qualquer objeto que não tenha consciência de assim ser, não possui a veracidade do conhecimento de sua existência, em termos simples, algo que possui uma essência já determinada.

Um homem, certamente, pode agir de tal maneira, como um objeto, sendo passivo e possuindo uma essência prévia. Um ser em-si não altera as relações no mundo, porque não age conscientemente. O ser Em-si é o objeto do ser Para-Si, do que tem consciência de sua existência e essência decorrentes das suas séries de ações e escolhas. Sabe de sua condição humana e, na visão ateísta de Sartre, não admite que qualquer transcendência divina influencie suas ações. Contudo, o homem individualmente, não é capaz de fatorar a expansão de sua totalidade, ele precisa dos outros para se autodefinir; agindo ele toma a consciência de que outros seres existem e que é preciso relacionar-se com eles.

O único fato inegável é a situação de o homem estar presente no mundo. Dessa maneira, pode agir de acordo com o contexto em que vive as imposições sociais da época, ou, por exemplo, o emprego que vier a escolher. De acordo com essas decorrências normalistas é que o homem atinge seus objetivos até o findar de sua existência. A determinação essencial do homem é: fazer-se presente no mundo.

O homem, obviamente não vive sozinho ele é projetado e projeta-se na sociedade em que vive consequentemente a constrói, por isso suas escolhas envolvem e atingem toda a humanidade. Cada escolha é comparável como uma nova porta aberta; por exemplo, se alguém, um dia inventou de usar calças, abriu as escolhas das vestimentas humanas novas alternativas. Todavia as escolhas são contingentes, ou seja, são passíveis de mutação.

A ação do homem jamais será pautada por mandamentos, e sim pela decorrência e consequência de suas próprias ações, elas é que são constituintes de sua própria moral.

Agir de má-fé é mentir para si mesmo. Esta atitude não merece o que de fato é o sentido do existencialismo. A má-fé é uma situação que nega a liberdade, é um querer esquivar-se das responsabilidades. Fadando os desalentos à imaginação do que se pensa ser o destino, ou mesmo deus. Viver conformado e pautado pelos fatores externos e se limitar a viver sobreposto por eles.

Mas a liberdade não é algo sonhado, de outra instância, e sim, algo real, que se apresenta juntamente com as escolhas que executamos. A liberdade está presente quando escolhemos, construímos nosso ser a partir de nossa existência, que é incessantemente processual e interminável, a menos que morra; então, o ser estará completo e só assim poderá se definir o que ele foi em vida.

ATIVIDADES:

A partir da leitura do texto acima e do texto de Sartre “O existencialismo é um Humanismo” pesquise:

1. Como Sartre organiza seu discurso para responder às críticas dos católicos e marxistas?
2. Qual a importância da subjetividade para a construção da essência a partir da existência?
3. Em que consiste a liberdade para o existencialismo sartreano?
4. O que Sartre propõe como caminho para superação do individualismo humanista?

05. (UFPR) – Com base na citação abaixo e em outras informações presentes em *O existencialismo é um humanismo*, de Sartre, redija um texto sobre a moral proposta pelo autor.

“O que há em comum entre a arte e a moral é que, nos dois casos, existe criação e invenção.”

(Sartre, *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, Col. “Os Pensadores”, volume “Sartre”, 1987, p. 18.)

06. (UFPR) – Os trechos abaixo foram retirados de *O existencialismo é um humanismo*, de Sartre.

“Consideremos um objeto fabricado, como, por exemplo, um livro ou um corta-papel; esse objeto foi fabricado por um artífice que se inspirou num conceito; tinha, como referenciais, o conceito de corta-papel assim como determinada técnica de produção (...) Desse modo, o corta-papel é, simultaneamente, um objeto que é produzido de certa maneira e que, por outro lado, tem uma utilidade definida (...) Podemos assim afirmar que, no caso do corta-papel, a essência – ou seja, o conjunto das técnicas e das qualidades que permitem a sua produção e definição – precede a existência.”

(Sartre, *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, Col. “Os Pensadores”, volume “Sartre”, 1987, p. 5.)

“O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. (...) O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo (...) Se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. Desse modo, o primeiro passo do existencialismo é o de pôr todo homem na posse do que ele é, de submetê-lo à responsabilidade total de sua existência.”

(Sartre, *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, Col. “Os Pensadores”, volume “Sartre”, 1987, p. 6.)

Compare os dois trechos acima, considerando a relação estabelecida pelo autor entre essência e existência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- FILOSOFIA / vários autores – Curitiba: SEED-PR, 2006. (Livro Didático Público de Filosofia)
- LIMONGI, M.L.M.P; *Seis filósofos em sala de aula*. Curitiba: Berlendis & Vertecchia Editores, 2006.
- REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. Vol. III. São Paulo: Paulus, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul – *O existencialismo é um humanismo*, 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

AULA Nº 03

A POLÍTICA EM MAQUIAVEL

Nicolau Maquiavel (1469-1527) se inscreve na história da filosofia como autor polêmico, homem das idéias e da ação, que marcou definitivamente os caminhos do pensamento político.

Como filósofo da política, foi opositor da corrente idealista, cujo objetivo era a construção de um modelo ideal de vida política, ele preferiu pensar a política a partir das condições realmente existentes.

Maquiavel foi profundamente inovador exatamente pelo fato de desmistificar as filosofias e práticas políticas. Por isso, não seria exagero dividir o pensamento político em antes e depois de Maquiavel.

Breve contexto histórico da obra de Maquiavel

O contexto da vida e obra de Maquiavel, se dá em Florença, sua cidade natal, que, entre os séculos XV e XVI abriga um quadro de profunda instabilidade política e ameaças constantes de guerras.

Em 1512, Florença havia perdido a condição de república e conseqüentemente de liberdade política, depois de ser invadida e perder mais de quatro mil cidadãos, vítimas das atrocidades da guerra e de sofrer, como conseqüência, um golpe de estado que trouxe de volta a tirania dos Médici. Com as mudanças políticas, Maquiavel foi demitido do cargo de secretário da chancelaria e banido da vida pública. No ano seguinte, acusado de conspirar contra os Médici, Maquiavel foi preso, torturado e condenado a pagar uma pesada multa.

As principais obras de Maquiavel são escritas, portanto, numa condição de adversidade política, marcada, sobretudo pela ausência das liberdades que caracterizavam a república de Florença. *O Príncipe*, foi escrito em 1513; *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (conhecido também como *Discorsi*), foi redigido entre 1513 e 1519; *A arte da guerra* data de 1519 e 1520. Maquiavel escreveu ainda uma *História de Florença* (1521-1525), que marcou a sua tentativa frustrada de volta à vida pública. Ele escreveu também a famosa comédia *A mandrágora*.



upload.wikimedia.org

O pensamento político antes de Maquiavel

De maneira geral a filosofia política de cunho idealista, de Platão (*A República*) a Thomas More (*A utopia*), se ocupava em projetar a sociedade perfeita, desconsiderando, quase sempre, as condições materiais, sociais e políticas, ignorando as divergências e os conflitos entre os grupos sociais.

Em muitos casos, como em Santo Tomás de Aquino (*Do reino*), o governante deveria ser virtuoso para bem conduzir o povo. Em outras palavras, sendo o governante um modelo de virtude na vida pessoal, necessariamente o seria no campo da política e faria do seu povo, um povo virtuoso. Trata-se de uma concepção que embora se apresente como moral, acaba por subtrair da política a sua dimensão pública, para reduzi-la à dimensão privada do governante. Nessa perspectiva, o poder torna-se prerrogativa tão-somente do governante virtuoso.

Maquiavel - política como espaço de ação e resolução de conflitos

Maquiavel vai à contracorrente das filosofias políticas idealistas - tanto as angelicais quanto as demonizadoras - pois ele considera a história e a experiência humana como a base do seu pensamento. Maquiavel foi revolucionário, precisamente porque entendeu que a natureza da política está no âmbito dos conflitos entre o povo e a aristocracia. *NO Príncipe* Maquiavel argumenta que "o objetivo do povo é mais honesto do que o dos poderosos; estes querem oprimir e aquele não ser oprimido".¹

No capítulo 4 dos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel defende os conflitos sociais:

Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. (...) Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas da desordem que quase todos condenam irrefletidamente. (...)

O desejo que sentem os povos de ser livre raramente prejudica a liberdade porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido. E se o povo se engana, os discursos em praça pública existem justamente para retificar suas idéias. (...)

De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede do domínio; no segundo, o desejo de não ser degradado - portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade.²

Desta maneira, a boa política deve preservar o bem comum, enfrentando os conflitos e não fazendo de conta que a vida social é naturalmente harmoniosa. Portanto, na perspectiva maquiaveliana, a ação de governar não pode ser confundida ou reduzida à ação moral, pautada simplesmente pelos valores do governante, outrossim, é uma ação de resolução dos conflitos

que estão na base da vida em sociedade, com o objetivo de garantir sua unidade, afastando-a do perigo da dissolução interna e fortalecendo-a contra as ameaças de invasões externas. O governante deve ser um articulador e conciliador, responsável pela justiça, pela aplicação das normas, que não estão definidas *a priori*, mas que deverão ser estabelecidas visando a preservação da sociedade.

A opção maquiaveliana dos conflitos implica em que os valores na política, não estão definidos previamente, mas estão sujeitos ao debate, mais que isso, deverão ser estabelecidos no campo do debate, exatamente a partir dos conflitos. É essa a liberdade política defendida por Maquiavel, sobretudo em *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio (Discorsi)*, e um governo fundado na liberdade, com a participação dos cidadãos, dificilmente permite ser tomado pelo tirano.

Ética e política em Maquiavel

A relação entre a ética e a política tem sido tema recorrente na história da filosofia e, Maquiavel foi revolucionário nessa matéria.

Maquiavel realmente estabeleceu a cisão entre a moral e a política?

De acordo com a interpretação tradicional e negativa, sim. Essa interpretação, difundida a partir de um livro intitulado *Machiavel* (1942), de autoria de A. Renaudet, apresenta Maquiavel como o filósofo que determina a ruptura entre a ética e a política, e transforma a política numa técnica de poder e de governo para manipulação e dominação, completamente desvinculada de valores morais.

Atualmente, são mais consideradas as interpretações que defendem a idéia de que para o filósofo florentino a política é movida por outros princípios que não são necessariamente os da moral da vida privada. A saber, a interpretação do filósofo italiano Antonio Gramsci e a do republicanismo cívico.

Uma segunda possibilidade de interpretação de Maquiavel é a da leitura gramsciana, que busca elementos em *O Príncipe* para esclarecer a instauração política como relação de forças. A suposição de Gramsci é que Maquiavel estaria interessado na educação política positiva de um novo público, na desmistificação da política para os que não sabem, com o objetivo de criar uma unidade nacional em torno do Estado, resgatando o que há de universal e, por isso, popular no pensamento maquiaveliano.

¹ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Edipro, 1999. p. 50.

² MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000. p. 31-32.

A terceira interpretação é a do republicanismo cívico. O Maquiavel apresentado pelos autores filiados ou próximos ao republicanismo é um defensor da idéia de liberdade como não-dominação. Portanto, as técnicas de governo, criticadas pelos defensores de um Maquiavel amoralista, estão aqui investidas de eticidade - objetivo é a conquista da liberdade na cidade, pelos e para os cidadãos.³

“Essa ética é precisamente aquilo que Maquiavel chamou de *virtù*, a virtude política e cívica, e que consiste na capacidade de criar e respeitar as instituições necessárias”.⁴

Essas duas interpretações - a gramsciana e a do republicanismo - consideram que podem existir duas formas de ética, geralmente contrapostas - uma ética da vida privada, dos que permeiam as relações entre as pessoas e seus interesses particulares e outra ética da vida política, que cuida dos interesses comuns. A primeira seria a *ética dos princípios* e a segunda a *ética dos resultados*.

O pensador italiano, Norberto Bobbio, que foi leitor atento de Maquiavel, nos ensina a pensar essa distinção:

Qual a relação entre a distinção destas duas éticas e a distinção de moral e política? A relação nasce da constatação de que, na realidade, a distinção entre moral e política corresponde quase sempre à distinção entre a ética dos princípios e a ética dos resultados: o homem moral age e avalia as ações alheias com base na ética dos princípios, o político age e avalia as ações alheias com base na ética dos resultados (ou da responsabilidade pública). O moralista se pergunta: “Que princípios devo observar?” O político: “Que conseqüências decorrem da minha ação?” Uma julga a ação com base naquilo que está antes, o princípio, a norma, a máxima - não matar, não mentir, observar pactos estabelecidos; a outra julga a ação com base naquilo que vem depois, isto é, com base nos efeitos da ação. Como escrevi em outra ocasião, o moralista também pode aceitar a máxima “*Fiat iustitia pereat mundus*” “Faça-se justiça ainda que o mundo pereça”, mas o político age no mundo e para o mundo.

Não pode, por isso, tomar uma decisão que comporte a conseqüência de que o mundo pereça”.⁵

O Príncipe - força, poder e imagem pública

O pesquisador inglês, Quentin Skinner, em *Fundações do pensamento político moderno*, escreve que N’O Príncipe, o valor básico à volta do qual Maquiavel organiza o seu aconselhamento é o da segurança: opina-se que o príncipe tenha como prioridade ‘conservar seu estado’, e só depois disso considere as metas da honra, glória e fama. Inversamente, nos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio (Discursos)*, o valor fundamental é a liberdade: é esse ideal, e não o da mera segurança, que Maquiavel agora deseja que coloquemos acima de todas as demais considerações, inclusive as ditadas pela moralidade convencional”.⁶ Skinner afirma ainda que Maquiavel define liberdade como sendo, “antes de mais nada, a independência em face da agressão externa e da tirania”.⁷

Um dos elementos fundamentais d’O Príncipe é o caráter de conquista e manutenção do poder, ou seja, Maquiavel pretende demonstrar que a força é o principal elemento constitutivo do poder, e que o governante deve lançar mãos dela para dar forma à lei e garantir a unidade da sociedade.

Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus.

Assim é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.⁸

Outro aspecto muito importante tratado no texto, é a dimensão simbólica do poder, ou seja, da imagem pública do governante, uma vez que aquele que governa deve fazê-lo, conforme Maquiavel, com apoio do povo, e por isso ele deve cultivar a boa imagem, ainda que seja mais aparência que realidade, para que possa receber o apoio necessário.

³ MARÇAL, J. *O jovem Marx e o republicanismo*. A questão da liberdade e da emancipação humana. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

⁴ LIMONGI, Maria Isabel. Maquiavel. In: *Seis filósofos na sala de aula*. Vários autores. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006. p.67

⁵ BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 97.

⁶ SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.177.

⁷ Id.

⁸ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução Livio Xavier. São Paulo: Edipro, 1999. p. 77.

Deve ainda um príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar os que se revelam grandes numa arte qualquer. Além disso, deve animar os seus cidadãos a exercer livremente suas atividades, no comércio, na agricultura e em qualquer outro terreno, de modo que o agricultor não deixe de enriquecer as suas propriedades pelo temor de que lhe sejam arrebatadas e o comerciante não deixe de desenvolver o seu negócio por meio de impostos. Pelo contrário, deve instituir prêmios para os que quiserem realizar tais coisas e para todos os que, por qualquer maneira, pensarem em ampliar a sua cidade ou o seu Estado. Além disso, deve, nas épocas propícias do ano, proporcionar ao povo festas e espetáculos. E como todas as cidades estão divididas em artes e corporações de ofício, deve ocupar-se muito dessas, indo ao seu encontro algumas vezes, dar provas de afabilidade e munificência, mantendo sempre integral contudo, a majestade da sua dignidade, a qual não deve faltar em nada.⁹

⁹ Ibid. p.112.

EXERCÍCIOS

01. (UFPR) – Leia o seguinte trecho, retirado de *O Príncipe*, de Maquiavel:

“Porque o nosso arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizerem diques e reparos para contê-la.”

(Maquiavel, *O Príncipe* São Paulo : Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1979, cap. XXV, p. 103.)

Com base no trecho acima e em outras informações presentes nessa obra, explique as duas imagens usadas por Maquiavel:

- o rio impetuoso
- as barragens

02. (UFPR) – Em 1740, Frederico II, rei da Prússia, publicou uma obra intitulada *O Anti-Maquiavel*, na qual critica e refuta *O Príncipe*, como fizeram tantos outros, que, como ele, pensaram haver algo de errado com os ensinamentos de Maquiavel.

Leia o trecho a seguir, no qual Frederico II expõe o que pretendeu fazer em sua obra.

“Nessa obra, vimos a falsidade dos raciocínios com os quais Maquiavel pretendeu nos confundir, apresentando-nos criminosos com a máscara de grandes homens. Eu me esforcei para arrancar do crime o véu da virtude com o qual Maquiavel o encobriu e para denunciar ao mundo o erro em que muitos incorreram sobre a política dos príncipes. Eu disse aos reis que sua verdadeira política consiste em ultrapassar seus súditos em virtudes, a fim de que não se vejam obrigados a condenar nos outros o que autorizam em sua própria pessoa. Eu disse a eles que ações brilhantes não são suficientes para estabelecer sua reputação, mas que para tanto requerem-se ações que tendam à felicidade do gênero humano.”

(Frédéric II, *L'anti-Machiavel. Oeuvres philosophiques*. Paris: Fayard, 1985, p. 125.)

Com base na leitura desse trecho e em conhecimentos de *O Príncipe*, de Maquiavel, explique por que Frederico II considera ser necessário refutar Maquiavel.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERREIRA, J.V.H. A política em Maquiavel. In: *FILOSOFIA / vários autores* – Curitiba: SEED-PR, 2006. (Livro Didático Público de Filosofia)
- LIMONGI, Maria Isabel. Maquiavel. In: *Seis filósofos na sala de aula*. Vários autores. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006.
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Edipro, 1999.
- MARÇAL, J. *O jovem Marx e o republicanismo*. A questão da liberdade e da emancipação humana. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

AULA Nº 04

O COGITO CARTESIANO**Descartes e seu tempo**

O racionalismo no século XVII inaugura uma oposição ao ceticismo, atribuindo a razão humana a capacidade exclusiva de entender e estabelecer a verdade, em oposição ao empirismo, considerando a razão como independente da experiência sensível, pois a razão é *a priori*, imutável e igual a todos os homens, sendo a única autoridade no domínio do conhecimento. Entender, portanto, o pensamento de Descartes é entender o sentido da modernidade, que ele bem caracteriza e da qual somos herdeiros.

A idéia de modernidade esta associada estreitamente com a ruptura com a tradição, ao novo, à oposição a autoridade da fé pela razão humana e a valorização do indivíduo, livre e autônomo em oposição as instituições. Outros chegam a considerar o pensamento de Descartes como a "reforma da filosofia". O sujeito pensante entra em cena, a autoridade da obra impondo-se não mais pela escola a que pertence ou pela tradição a que se filia, mas pelo testemunho do seu autor. Descartes no discurso do método diz; "terei a satisfação de mostrar nesse discurso os caminhos que segui, e de apresentar a minha vida como em um quadro."

Descartes nasceu na França em 1596, de família pertencente a nobreza. Aos 8 anos órfão de mãe é enviado ao colégio Real de *La Fleche*, colégio jesuíta em Paris, onde se revela aluno brilhante. Após sair do colégio frequentou a sociedade da época e viajou a diversos países da Europa. Finalmente em 1619 Descartes tem a revelação que narra no *Discurso*, descobrindo assim sua vocação filosófica e científica. Para evitar problemas com a inquisição, vai para a Holanda em 1629. A partir de 1637, retoma seus estudos de filosofia. Escreve muitos livros e inúmeras cartas. São famosas as cartas filosóficas a princesa Elisabeth da Alemanha e a rainha Cristina da Suécia. Sua fama fez com que a rainha Cristina da Suécia o convidasse para a corte de Estocolmo, onde após alguns meses veio falecer de pneumonia em 1650.



www.balawat.com/personajes/descartes.jpg

O Cogito cartesiano ou “Penso logo existo”

“Penso logo existo” é umas das mais celebres expressões filosóficas. Mas qual o seu significado? Trata-se da conclusão do “argumento do cogito” (do latim cogito, “penso”), por meio do qual Descartes pretende encontrar o fundamento seguro para a construção do conhecimento. Descartes afirma que devemos rejeitar tudo aquilo no qual não podemos duvidar. Só devemos aceitar as coisas indubitáveis, mas não devemos usar a dúvida pela dúvida como queriam os céticos. O objetivo cartesiano é encontrar uma primeira verdade impondo-se como incontestável certeza. Trata-se de uma dúvida provisória, metódica, voluntária, organizada e sistematizada. Não atingiremos a verdade se antes não pusermos todas as coisas em dúvida. São falsas todas as coisas das quais não podemos duvidar, por isso Descartes rejeita todos os dados dos sentidos, pois eles nos enganam, rejeita também os dados da razão, pois nos induzem ao erro. E após duvidar de tudo, descobre a primeira certeza; o pensamento, o qual a existência não pode ser negada, daí a famosa frase de Descartes; “*cogito ergo sum*” – “penso logo existo”.

“E, notando que essa verdade, *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as demais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalá-la, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.” (Discurso do Método, IV parte)

O argumento do *cogito* o coloca diante do **solipsismo**, um **idealismo** radical que significa o isolamento da consciência (interioridade) em relação ao mundo exterior, eis o sentido do solipsismo cartesiano, o isolamento do **eu**, em relação a tudo mais: ao mundo exterior e ao próprio corpo, que também é um elemento externo. O solipsismo é resultado da evidência do cogito, uma certeza tão forte que exige critérios tais que não são aplicados a mais nada.

O projeto cartesiano: O discurso do método

Descartes critica tudo aquilo que aprendeu na escola. Por que não repousa em princípios sólidos. Pelo contrário limitava-se a conhecimentos aparentes, não fornecendo nem uma certeza, o conhecimento deve se fundar na busca de princípios seguros. Podemos considerar o projeto filosófico de Descartes como uma defesa do novo modelo de ciência inaugurado por Copérnico, Kepler e Galileu contra a concepção escolástica.

Segundo Descartes na primeira parte do *Discurso do método*, não existe nada mais bem distribuído que o bom senso.

“O bom senso é o que existe de bem mais distribuído no mundo. Por que cada um se julga tão bem-dotado dele que mesmo aqueles que são mais difíceis de se contentar com qualquer outra coisa não costumam desejar possuí-lo mais do que já tem. É não é verossímil que todos se enganem a esse respeito. Pelo contrário, isso testemunha que o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que denomina bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens e que por isso a diversidade de nossas opiniões não provem de fato de uns serem mais racionais que os outros, mas somente do fato de

conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e de não considerarmos as mesmas coisas.” (Discurso do Método, I parte)

Entretanto, o uso do bom senso é o principal motivo do erro, engano e da falsidade. O erro resulta no mau uso da razão, de sua aplicação incorreta em nosso conhecimento do mundo. O objetivo e a utilidade do método consistem, para o homem em “fazer um bom uso da razão” e em “procurar a verdade na ciência”. Se queremos procurar a verdade não podemos andar ao acaso, sem clareza. Devemos seguir o caminho correto, certo, seguro, seguir uma ordem, um método. A finalidade do método é portanto por a razão, no bom caminho, evitando assim o erro.

As regras de Descartes, inspiradas na geometria, são simples, mas devem ser efetivamente postas em prática, seguidas a risca. “Assim no lugar do grande número de preceitos de que se compõe a lógica, julguei que me bastariam os quatro a seguir, desde que eu toma-se a firme resolução de jamais deixar de observá-los.” Descartes elabora assim quatro regras básicas e fundamentais:

1. *regra da evidência*: “jamais aceitar uma coisa como verdadeira se eu não a conheço evidentemente como tal”. Assim devemos evitar toda precipitação e todos os preceitos. Só é possível aceitar aquilo que não se pode duvidar.
2. *regra da análise*: “dividir cada uma das dificuldades que eu analisa-se em tantas partes quanto possíveis e quantas necessárias para melhor resolvê-las”.
3. *regra da síntese*: “concluir por ordem dos meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de serem conhecidos para, aos poucos, como que por degraus, chegar aos mais complexos”.
4. *regra do desmembramento*: “para cada caso fazer enumerações o mais exatas possíveis, a ponto de estar certo de nada ter omitido”. (*Discurso do método*, II Parte).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo : Abril Cultural. Coleção “Os Pensadores”, 1979

FILOSOFIA / vários autores – Curitiba: SEED-PR, 2006. (Livro Didático Público de Filosofia)

Seis filósofos na sala de aula. Vários autores. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2006.

Questões:

As questões 01 a 03 referem-se ao texto a seguir.

“O bom senso é a coisa mais bem repartida entre os homens, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que o têm. E não é verossímil que todos se enganem a tal respeito; mas isso antes testemunha que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina o bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens. E, desse modo, a diversidade das opiniões não provém de sermos uns mais racionais do que outros, mas de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.

[...] Quanto a mim, jamais presumi que meu espírito fosse em nada mais perfeito do que os do comum; e amiúde desejei ter o pensamento tão rápido, ou a imaginação tão nítida e distinta, ou a memória tão ampla e presente quanto a de outras pessoas. No que diz respeito à razão ou bom senso, posto que é a única coisa que nos torna homens e nos distingue dos animais, quero crer que existe inteiramente em cada um de nós, e seguir nisso a opinião comum dos filósofos, que dizem que só há mais e menos no que respeita aos acidentes, e não entre as formas ou naturezas dos indivíduos da mesma espécie.”

(René Descartes, *Discurso do método*. São Paulo : Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, 1979, p. 29.)

Segundo texto acima:

01. O que todos os homens têm em comum?

02. Por que, segundo Descartes, os homens têm opiniões diversas?

03. O que distingue os homens entre si?

04. Na parte final do *Discurso do Método*, Descartes sugere que o seu método filosófico poderia colaborar para produzir uma medicina mais útil e sólida do que aquela existente em seu tempo. Segundo ele, “poderíamos livrarmo-nos de uma infinidade de moléstias, quer do espírito, quer do corpo, e talvez mesmo do enfraquecimento da velhice, se tivéssemos bastante conhecimento de suas causas e de todos os remédios de que a natureza nos dotou...” Considerando o projeto cartesiano, redija um texto respondendo, do seu ponto de vista, a seguinte questão:

Pode a ciência vencer a morte?
